

EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO POR MONITORAMENTO ELETRÔNICO: UM ESTUDO QUALITATIVO NO CEARÁ

Maria Gabriela De Souza Feitosa (Ic-Unilab)¹
Francisco Thiago Rocha Vasconcelos (Co-Orientador)²
Maria Júlia Duarte De Castro Pereira (Ic-Unilab)³
Silviana Fernandes Mariz (Orientadora)⁴

RESUMO

A Lei Maria da Penha representou um marco na luta feminista ao reconhecer a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos e instituir uma série de medidas voltadas à prevenção, proteção e responsabilização dos agressores. Nesse contexto, o uso de monitoramento eletrônico em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher consolidou-se como estratégia complementar às medidas protetivas de urgência. O presente trabalho aborda as experiências subjetivas das mulheres protegidas e as percepções de atores envolvidos na rede de proteção, visando compreender a eficácia e os limites da medida e seus impactos no cotidiano das beneficiadas. A pesquisa combina levantamento bibliográfico, análise documental, especialmente de relatórios da Coordenadoria de Alternativas Penais (COAP), e entrevista com uma profissional do Direito. Dessa forma, foi apurado que, no Ceará, a monitoração eletrônica pode ser articulada à proteção da vítima por meio de dispositivo de alerta sincronizado à tornozadeira do agressor, identificando sua aproximação em relação ao perímetro estabelecido judicialmente e acionando a resposta institucional. Dados recentes apontam 885 homens monitorados em casos de violência contra a mulher e 2.440 registros de descumprimento de medidas protetivas em 2025, número 8,15% superior ao registrado em 2024. A análise da COAP evidencia, contudo, limites na estrutura institucional da política, com equipes reduzidas e necessidade de maior articulação com os demais serviços da rede de proteção. Para garantir a integridade das vítimas, a monitoração deve estar articulada a outras políticas públicas e serviços especializados. Nesse circuito, a Casa da Mulher Brasileira constitui equipamento relevante de acolhimento e articulação da rede de proteção, cuja relação com a monitoração será aprofundada no próximo ciclo de pesquisa. Assim, a monitoração produz o alerta, mas a proteção depende de um circuito institucional capaz de transformá-lo em resposta, articulando monitoração, Judiciário, forças de segurança e serviços especializados de atendimento às mulheres.

Apoio Financeiro e Agradecimentos: Agradeço à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) pelo financiamento da pesquisa, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

Grande Área do CNPq: Ciências Sociais Aplicadas

Em que medida contribui para a Diversidade, Inclusão e Transformação Social? Nesse sentido, a pesquisa contribui para a Diversidade, Inclusão e Transformação Social ao evidenciar que o monitoramento eletrônico, no âmbito da lei maria da penha, deve ultrapassar o mero controle punitivo do agressor e integrar-se à rede de proteção e suporte à vítima.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; Medida Protetiva; Monitoramento Eletrônico.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, maria.gabriela37142@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Docente, fvasconcelos@unilab.edu.br²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, majucastro@aluno.unilab.edu.br³

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Docente, silviana_mariz@unilab.edu.br⁴